

## ALUNOS COM NECESSIDADES AUDITIVAS ESPECIAIS E INCLUSÃO NA ESCOLA REGULAR: UMA POSSIBILIDADE

Viviane de Sousa<sup>1</sup>

### RESUMO

Os debates acerca da escola inclusiva têm sido cada vez mais constantes. Respalhada em leis, as crianças portadoras de necessidades especiais têm direito a estudarem nas escolas de ensino regular. Entretanto, o que se observa é que, na maioria das vezes, os portadores de necessidades especiais não recebem atendimento adequado nas instituições de ensino regular, pois tanto a escola quanto o professor que está na sala não têm preparo suficiente para promover uma educação que seja realmente inclusiva. Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo analisar quais são as reais possibilidades de inclusão de alunos portadores de Deficiência Auditiva na rede regular e os elementos que influenciam no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem. Inicialmente, fez-se uma pesquisa bibliográfica em autores como CAMPOS (1990), COUTO (1985) e MARCHESI (1987). Somando-se a isso, foi feita uma entrevista com uma supervisora escolar que trabalha com portador de deficiência auditiva em uma escola regular. Este artigo pretende mostrar que a escola inclusiva deve, sobretudo, considerar e valorizar a diversidade, a fim de que tanto alunos portadores de deficiência quanto os demais estudantes aprendam a conviver respeitosamente com as diferenças.

**Palavras-chave:** 1. Deficiência Auditiva; 2. Inclusão Escolar; 3. Ensino-aprendizagem.

### ABSTRACT

Debates about the inclusive school have been increasingly constant. Backed by laws, children with special needs have the right to study in mainstream schools. However, what is observed is that, in most cases, people with special needs do not receive adequate care in regular educational institutions, for both the school and the teacher who is in the room do not have enough preparation to promote an education that is really inclusive. In this sense, this work aims to analyze what are the real possibilities of inclusion of students with Hearing Impairment in the regular network and the elements that influence the development of the teaching-learning process. Initially, there was a literature search on authors such as CAMPOS (1990), Couto (1985) and Marchesi (1987). an interview with a school supervisor who works with hearing impaired in a regular school Adding to this was made. This article aims to show that the inclusive school must especially consider and value diversity, so that both students with disabilities as other students to learn to live respectfully with differences.

**Keywords:** 1. Hearing; 2. School Inclusion; 3. Teaching and learning.

---

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia, Pós-graduada em Educação de Jovens e Adultos. Atua como professora da Educação Básica.

## INTRODUÇÃO

Atualmente, a educação inclusiva tem sido largamente propagada, posto ser imprescindível a uma sociedade que se pretende equânime. Quer tenham deficiências físicas, querem motoras, perante a lei, todos os alunos têm direito a frequentar uma escola de ensino regular.

E isso não deve ser visto como algo negativo. Ao contrário, trata-se de uma experiência ímpar em que professores poderão desenvolver suas habilidades e potencialidades de trabalhar com as diferenças; alunos ditos “normais” terão a oportunidade de desenvolver noções de, entre outros valores, respeito para com os portadores de necessidades educativas especiais e, estes, por sua vez, poderão exercer sua cidadania e frequentar uma escola regular, socializando-se com outras crianças da mesma idade, não se sentido excluídos.

Entretanto, para que essa inclusão seja bem sucedida, torna-se primordial a presença de especialistas, fonoaudiólogas e professores capacitados para a conscientização da comunidade escolar e familiar sobre os procedimentos adequados, as possibilidades de correção das deficiências auditivas e a importância da prevenção.

Este trabalho visa, inicialmente, apresentar as bases legais que respaldam o aluno portador de necessidade educativa especial, seja ela qual for, de estudar numa rede de ensino regular. Em seguida, pretendemos apresentar uma pesquisa sobre o desenvolvimento de habilidades de acordo com as potencialidades e com os interesses do educando portador de necessidades auditivas especiais que estuda na rede regular de ensino. A problemática levantada para este trabalho foi: A escola está preparada para desenvolver habilidades nos alunos com deficiência auditiva?

Justifica-se a escolha do tema por haver nas escolas ditas inclusivas alunos com Deficiência Auditiva (DA) e pela necessidade de se obter mais informações sobre o assunto para ajudá-los, posto que o papel de educador exige isso. É necessário, pois, conhecer processos e estratégias para estimular globalmente esse aluno para o seu aprendizado. Além disso, há a relevância científica já que há pouca literatura sobre o assunto. Logo, este trabalho servirá como material bibliográfico para posteriores pesquisadores.

Para a realização deste trabalho fizemos, inicialmente, uma pesquisa bibliográfica a fim de compreender melhor como é a Deficiência Auditiva. Tendo em

vista contextualizar o que foi postulado pelos especialistas pesquisados, aplicamos uma entrevista à supervisora de uma escola X da rede municipal, a qual trabalha há mais de dez anos nesta escola, objeto de pesquisa, em que há um aluno portador de Deficiência Auditiva.

Pretende-se, assim, conhecer melhor como se processa o trabalho com as crianças que apresentam dificuldade de aprendizagem devido à deficiência auditiva, principalmente na leitura e escrita. O professor deve ter um planejamento para lidar com cada aluno, conseguindo usar suas habilidades de comunicação para trabalhar com o portador de deficiência auditiva. Ao trabalhar com a educação inclusiva, o professor pode aumentar seu repertório de habilidades de manejo de conteúdo, regras e conduta, fortalecendo essas habilidades para ensinar com mais eficiência todas as crianças.

## **1. EMBASAMENTO LEGAL DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Muitas são as leis e documentos que tratam sobre o direito das pessoas com deficiência à educação regular, na qual tornaram possível rever a inclusão dessa demanda. Entretanto, o que mais assistimos são crianças e adolescentes sendo educados separadamente em escolas especiais, sendo privadas do convívio social junto a indivíduos da mesma idade. Mesmo as crianças e adolescentes com deficiências graves têm o direito de conviver com as outras pessoas de sua geração. Deficiência não é doença e não podemos esperar que ela desapareça para que a criança possa ir à escola.

O fortalecimento da inclusão da pessoa com necessidades educativas especiais na escola comum foi assinalada pela oficialização dos direitos dos portadores de deficiência. Fato que ocorreu através da Convenção da Guatemala, em 1999. A Declaração de Salamanca aponta que

“Os programas de estudos devem ser adaptados às necessidades da criança e não o contrário. As escolas deverão, por conseguinte, oferecer opções curriculares que se adaptem às crianças com capacidade e interesses diferentes” (Declaração de Salamanca, 1994, p.33).

Segundo este documento as pessoas com deficiência não podem receber tratamento diferenciados, uma vez que as diferenças são normais e a escola deverá considerar essas múltiplas diferenças, promovendo as adaptações necessárias, que

atendam as necessidades de aprendizagem de forma singular de cada educando no processo educativo. Embora existam escolas especializadas no tratamento aos portadores de necessidades especiais, estes não têm a obrigação de frequentá-las, podem optar por escolas regulares. Estas, por sua vez, não podem impedir o acesso de alunos com deficiência à educação elementar ou fundamental. Segundo Werneck,

O conteúdo da Política Nacional de Educação Especial está fundamentado na Constituição Federal de 1998, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na antiga Lei de Diretrizes e Bases da Educação e no Plano Decenal de Educação para Todos, do MEC. (WERNECK, 2000, p. 68).

Gradualmente, a legislação brasileira incorporou em suas leis, vários artigos que expressam a garantia de direitos aos portadores de necessidades educativas especiais, impulsionando mecanismos de ação e regulamentação de acesso ao espaço social e educacional. Entretanto, há uma imensa necessidade por parte dos vários segmentos envolvidos neste processo de efetivar estratégias para que esses direitos se efetivem na realidade, oferecendo mecanismos viabilizadores de um trabalho que atenda, especificamente, às necessidades apresentadas por essa clientela.

Das legislações que regulamenta a garantia de acesso aos ambientes educativos para os portadores de necessidades educativas especiais, o direito à educação está perfeitamente delineado na Resolução nº 451 de 27 de maio de 2003, na qual fixa normas para a Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino. A referida resolução corrobora que:

Art. 1º - Entende-se por Educação Especial a modalidade oferecida na educação básica aos alunos com necessidades educacionais especiais, permanentes ou transitórias, de modo a garantir-lhes o desenvolvimento de suas potencialidades.

Parágrafo único – A Educação Especial será oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino. Art. 2º - A Educação Especial tem como objetivo assegurar a inclusão do aluno com necessidades especiais em programas oferecidos pela escola, favorecendo o desenvolvimento de competências, atitudes e habilidades necessárias ao pleno exercício da cidadania.

Vemos, desta forma, que a escola regular tem por obrigação atender a todos os alunos portadores de necessidades especiais. Entretanto, será produtivo este atendimento se o professor não estiver preparado? Obviamente que não. Por isso, ressalta-se a importância de cursos de aperfeiçoamento na área da Educação Especial,

para que o corpo docente das escolas esteja preparado para lidar com estes alunos proporcionando a aprendizagem a qual têm direito.

É fundamental que os professores estejam preparados para lidar com as mais diversas deficiências, tanto físicas quanto psicológicas. Evidente que, compreender todas as deficiências existentes requer um estudo interminável, mas é preciso que, ao acolher um aluno com alguma dificuldade, o professor busque se aperfeiçoar continuamente.

Neste contexto, Stainback & Stainback (1999, p. 85) corrobora que:

Todos os defensores da inclusão devem unir-se no reconhecimento de que as escolas que implementam práticas educacionais sólidas são boas para todos os alunos. [...]. O fator mais importante é ter coragem para fazer o que é certo, apesar dos desafios e das barreiras que surgem. O resultado é um sistema educacional mais forte e mais eficiente para todos os alunos (STAINBACK & STAINBACK, 1999, p. 85).

É nesse espaço que serão construídos os cidadãos de amanhã. Inclusão engloba uma educação de qualidade para todos, centrada no respeito e valorização das diferenças. Uma posição que reforça o conhecimento e o preparo para lidar com as potencialidades e limitações dessa clientela com ferramentas e posturas diferenciadas para que esse processo realmente se torne um processo de inclusão e não de exclusão.

Assim, ao pensar por este ângulo, o crescimento será significativo tanto para docente quanto, principalmente, para o discente que requer uma educação especial.

Nesse sentido, Belisário (2005, p. 130) afirma que:

Para que as escolas sejam verdadeiramente inclusivas, ou seja, abertas à diversidade, há que se reverter o modo de pensar, e de fazer educação nas salas de aula, de planejar e de avaliar o ensino e de formar e aperfeiçoar o professor, especialmente os que atuam no ensino fundamental. Entre outras inovações, a inclusão implica também em uma outra fusão, a do ensino regular com o especial e em opções alternativas/aumentativas da qualidade de ensino para os aprendizes em geral (BELISÁRIO, 2005, p. 130).

Portanto, para que se tenha sucesso nesse processo, a escola deve oferecer programas educacionais flexíveis e contínuos, deve oferecer um espaço em que o aluno possa aprender e se perceber como sujeito ativo na construção do conhecimento, de forma a superar as necessidades grupais ou individuais dos educandos portadores de necessidades educativas especiais, bem como compreender e reorganizar ações e atitudes educativas que garantam aprendizagem de novos conhecimentos, com o intuito de ampliar as possibilidades de inclusão.

## 1. CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO DA DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Segundo Campos (1990) deficiência auditiva é a diminuição da capacidade de percepção normal dos sons, sendo considerado surdo o indivíduo cuja audição não é funcional na vida comum, e parcialmente surdo aquele cuja audição ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva.

Ainda nas linhas de raciocínio de Campos (1990), a deficiência auditiva pode ser classificada como deficiência de transmissão, quando o problema se localiza no ouvido externo ou médio (nesse caso, o prognóstico costuma ser excelente), mista quando o problema se localiza no ouvido médio e interno, e sensorineural (neurossensorial) quando se origina no ouvido interno e no nervo auditivo. Infelizmente, esse tipo de surdez condutiva faz perder o volume sonoro: é como tentar ouvir alguém que está muito longe.

De acordo com Dorziat (2000) a deficiência auditiva é classificada de acordo com a quantidade de sons cuja unidade de medida é o decibel – dB, em cinco grupos:

- Audição normal (25 dB);
- Deficiência auditiva leve (com perda de 26 a 40 dB);
- Deficiência auditiva média ou moderada (com perda de 40 a 70 dB);
- Deficiência auditiva severa (com perda de 70 a 90 dB);
- Deficiência auditiva profunda (perda auditiva superior a 90 dB).

Podemos, dessa forma, ter o aluno portador de surdez leve. Trata-se do aluno que apresenta perda auditiva de até quarenta decibéis. Essa perda impede que o aluno perceba igualmente todos os fonemas da palavra. A voz fraca ou distante não é ouvida. O aluno é considerado desatento, solicitando repetição do que lhe falam. Algumas crianças com este nível de surdez quando começam a aprender a escrita e leitura confundem as letras que têm sons semelhantes e troca-as.

Temos também a deficiência auditiva média ou moderada. Nesse tipo, os alunos apresentam perda auditiva entre quarenta e setenta decibéis. Será necessária uma voz de maior intensidade para que seja percebida. Estes alunos apresentam maior dificuldade de discriminação auditiva em ambientes ruidosos. Eles identificam palavras mais significativas, mas com dificuldade em frases gramaticais complexas. Geralmente precisam de apoio visual para compreender a mensagem.

Rinaldi (1997) e Couto (1985) afirmam que o portador de Deficiência Auditiva Severa representa perda auditiva entre setenta e noventa decibéis. Ele identifica alguns ruídos familiares e perceberá apenas a voz forte, podendo ficar de quatro a cinco anos sem aprender a falar. Porém, se a família for bem orientada, a criança poderá adquirir a linguagem.

Ainda na concepção de Rinaldi (1997) e de Couto (1985), o portador de surdez profunda é aquele que representa perda auditiva superior a noventa decibéis. A gravidade dessa perda é tal que impossibilita as pessoas de identificarem a voz humana. Não adquire a fala como instrumento de comunicação, assim não a percebendo, não se interessa por ela.

## **2. O TRABALHO COM O PORTADOR DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA**

O processo educacional a ser desenvolvido com os alunos portadores de deficiência auditiva constitui um dos maiores desafios que o professor enfrenta, principalmente em classes de ensino regular, já que entendemos ser o processo da linguagem de suma importância para a vida do ser humano, individual ou coletivamente.

Em nossa pesquisa de campo, fomos a uma Escola X, que acolhe um aluno com deficiência auditiva. Segundo a supervisora dessa instituição, a inclusão desse aluno acontece na sala de recursos com atendimento educacional especial.

Em nossa entrevista, ao ser questionada sobre o que pensa sobre a inclusão dos alunos com necessidades especiais na escola regular, a supervisora nos colocou que acredita que a inclusão de alunos com NEE (Necessidades Educativas Especiais) nas salas de aula das “Escolas Comuns” somente se efetiva quando “todos” os profissionais dessa escola reconhecem que o desenvolvimento intelectual do aluno com deficiência deve ser objeto de preocupação constante. Além disso, devem conhecer como se dá a aprendizagem e acreditarem nela.

Diante da necessidade de maiores reflexões sobre as formas mais apropriadas de viabilizar um ensino de qualidade para os portadores de Deficiência Auditiva, é importante ter uma visão mais crítica sobre as principais metodologias utilizadas em

sala de aula, enfocando não só os procedimentos adotados, como as vantagens e desvantagens existentes em cada uma.

De acordo com Couto (1985), para desenvolver o aprendizado do aluno portador de DA algumas técnicas específicas devem ser utilizadas como o treinamento auditivo em que há uma estimulação auditiva para reconhecimento de ruídos, sons do ambiente e sons da fala.

É justamente no uso dessas técnicas específicas que está o problema da inclusão: poucos professores estão preparados para trabalhar especificamente com as deficiências. A supervisora nos relatou que há uma grande resistência dos professores no trabalho com a educação inclusiva. Entretanto, em seu trabalho pedagógico, a supervisora afirma que, para que se vença a resistência de alguns professores frente ao desenvolvimento do trabalho inclusivo, a escola tem investido em incentivar a participação dos seus docentes em cursos de capacitação na área da educação inclusiva. O aprimoramento profissional é um dos mais importantes recursos para se obter sucesso numa sala de aula inclusiva.

Outro fator muito importante no trabalho com o aluno portador de DA é a leitura labial em que se promove um treino para identificação da palavra falada através da decodificação dos movimentos orais do emissor. A partir dessas considerações, Marchesi (1987) aponta que a prática de procedimentos como esses servem como auxílio tanto para professores quanto para os alunos.

Segundo a supervisora entrevistada, é possível a criança com deficiência ter a mesma aprendizagem que as outras crianças, desde que os profissionais tenham a preocupação de proporcionar condições de estimulação potencial desse aluno para que ele possa evoluir e, no caso específico da Deficiência Auditiva, que todos estejam empenhados em conhecer a deficiência, as metodologias e recursos disponíveis. Além disso, a expectativa que se tem sobre a aprendizagem do aluno é fator decisivo nesse processo.

O professor e os demais profissionais que trabalham com o deficiente auditivo devem enxergar a criança e não a deficiência; considerar as limitações, mas enfatizar as suas potencialidades; estar sempre bem informado sobre a etiologia; local e gravidade da lesão; estabelecer vínculo com a família e os atendimentos profissionais que o aluno mantém; posicionar frente ao aluno quando estiver falando. Ter firmeza em relação a

regras e comandos para a realização das atividades propostas, substituir as pistas sonoras por visuais se necessário.

Para as crianças com necessidades especiais, as técnicas e estratégias de ensino devem atender suas necessidades. No caso da deficiência auditiva o professor deve falar de frente para ela, facilitando a leitura labial, deve usar metodologia que facilite a participação efetiva, ensinar a turma toda sem diferenciar o ensino para cada aluno ou grupo. É preciso que abandone o ensino transmissivo e adote uma pedagogia ativa, dialógica, interativa e reflexiva. Infelizmente, ainda existem muitas escolas que privilegiam regulamentos antigos, preocupando mais com o ensino tradicional, priorizando assuntos de livros que não são interessantes para os alunos, bem como punições e castigos. A realidade não precisa ser esta, pois, atualmente existem projetos, cursos e oficinas orientando professores quanto às mudanças.

Em muitas escolas que se dizem inclusivas alguns professores ainda privilegiam a memorização e a repetição, o que caracteriza uma postura meramente tradicional. Torna-se imprescindível e urgente uma mudança de postura onde esses profissionais tenham em mente a necessidade de desenvolverem aprendizagens pautadas nas experiências vividas pelo aluno. O conhecimento total do aluno com Deficiência Auditiva deve ser ponto de partida para o planejamento de ações.

## **CONCLUSÃO**

Os problemas de linguagem do aluno “normal” ou do deficiente auditivo não podem ser desvinculados de seu desenvolvimento global, dentro da formação maior das aquisições cognitivas. Com a utilização de vários projetos e unindo os esforços de vários especialistas, é possível o professor cumprir seu dever em atender alunos portadores de deficiências, inclusive a auditiva. Além disso, ele estará exercendo seu dever em possibilitar a esses alunos o direito à cidadania.

Este trabalho propôs uma reflexão sobre a forma de encararmos o processo não apenas educacional do surdo, mas seu desenvolvimento como indivíduo e sua participação como cidadão na sociedade. Consideramos de suma importância a linguagem, não só como um decodificador de símbolos, mas uma forma de se comunicar, de se afirmar e de se incluir e integrar na sociedade.

Analisando a entrevista com a supervisora, observamos que para uma educação inclusiva o trabalho deve ser contínuo e depende da colaboração da família, da escola e não só dos fatores biológicos, mas também do meio da aceitação e do apoio das pessoas envolvidas em todo o processo de ensino-aprendizagem.

Aos poucos o professor deve ir rompendo com a linha tradicionalista e dar prioridade ao desenvolvimento do ser humano, respeitando as diferenças, o ritmo, as potencialidades e habilidades dos alunos, oferecendo-lhes um ensino diversificado. É preciso que trabalhe com o concreto, incluindo além do livro didático, revistas, gibis, jornais, uso do computador, filmes, música, todo subsídio que julgar necessário para estimular o aluno e enriquecer a sua aprendizagem. É imprescindível buscar em teorias de aprendizagem, o conhecimento necessário para a intervenção pedagógica adequada, para que juntamente com o educando possibilite adaptar estratégias educacionais que ofereçam novas possibilidades de adquirir conhecimento, que atendam às reais necessidades de todos os educandos. Para tanto, somente será possível esta escolarização no momento em que houver comprometimento de profissionais especializados, equipe pedagógica, pais e educandos e um suporte necessário para intervir com ferramentas e estratégias práticas na facilitação da aprendizagem.

Conclui-se que a criança portadora de Deficiência Auditiva deve ser estimulada a conviver com outras pessoas, a se integrar, a participar dos acontecimentos escolares, familiares e da sociedade em geral. Este trabalho considera necessária uma maior conscientização e luta em relação à inclusão dos alunos com necessidades especiais não só no ensino regular, mas em toda comunidade possibilitando assim uma forma de integração, valorizando as potencialidades do educando e luta pela inclusão social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Centro Nacional de Educação Especial. **Atividades e recursos pedagógicos para deficientes da audição**. Rio de Janeiro: MEC/FENAME, 1983.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. Centro Nacional de Educação Especial. Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação. **Proposta curricular para deficientes auditivos**. Brasília: MEC/DERDIC; São Paulo, PUC, 1986.

BELISÁRIO, J. **Ensaios pedagógicos: construindo escolas inclusivas**. Brasília: MEC, SEESP. 2005.

CAMPOS, Ana Maria Carneiro. **Deficientes na sociedade**. Belo Horizonte: AMR (Associação Mineira de Reabilitação), 1990.

COUTO, Álvia Ferreira. Conceito de Deficiência auditiva - In: COUTO, A. F. et al. **Como compreender o deficiente auditivo**. Rio de Janeiro: Rotary Clube do Rio de Janeiro. Comissão de Assistência ao Excepcional: EXPED, Expansão Editorial, 1985.

DECLARAÇÃO de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. (1994, Salamanca). Brasília: CORDE, 1997.

DORZIAT, A. **Metodologias específicas ao ensino de surdos: análise crítica**. São Paulo, SP: UFSCAR, 2000.

MARCHESI, A. **El desarrollo cognitivo e lingüístico de los niños sordos: Perspectivas educativas**. Madrid: Alianza Psicología, 1987.

Portal do servidor. Resolução nº 451, de 27 de maio de 2003. Disponível em: <[https://www.educacao.mg.gov.br/index.php?option=com\\_gmg&controller=document&id=1005-resolucao-n%C3%82%C2%BA-451-de-27-de-maio-de-2003](https://www.educacao.mg.gov.br/index.php?option=com_gmg&controller=document&id=1005-resolucao-n%C3%82%C2%BA-451-de-27-de-maio-de-2003)> Acesso em: 30/01/2016.

RINALDI, Giuseppe. **Educação Especial Deficiência Auditiva**. Brasília: SEESP. 1997.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

WERNECK, Cláudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 2ª ed. 2000.

## ANEXOS

### QUESTIONÁRIO APRESENTADO À SUPERVISORA

1. Quantos alunos com necessidades auditivas especiais há na instituição?
2. Como se deu a inclusão desses alunos no ensino regular?
3. O que você pensa sobre a inclusão dos alunos com necessidades especiais na escola regular?
4. Como a escola tem se posicionado diante das dificuldades e das deficiências?
5. Você acha possível a criança com deficiência ter a mesma aprendizagem que as outras crianças?
6. Como esta criança se comporta durante a recreação e como ela se relaciona com outros colegas?
7. Quais técnicas e estratégias de ensino você julga necessário para estimular a aprendizagem desses alunos?
8. Para você, ainda existe uma concepção tradicionalista nas salas de aula das escolas?